



Joana Mocarzel (à direita, no cartaz da campanha) comparecerá a eventos

Clarinha e Romário participam de solenidade no Senado

Com a presença do jogador Romário e de vários artistas, como Joana Mocarzel (a Clarinha, da novela Páginas da vida), o Senado Federal promove amanhã o lançamento da campanha Aprendendo com as Dife-

renças. Haverá audiência pública sobre a importância da mídia na inclusão de pessoas com deficiência, além da inauguração da exposição Diversidade, com fotos de modelos portadores de deficiência. **Página 3**

Renan e líderes tentam desobstruir votações do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se hoje com os líderes partidários em busca de solução para impasse criado por veto presidencial. **Página 3**

Senadores retomam hoje e na quinta debate sobre o PAC

Senadores da base governista discutem hoje com autoridades de vários setores o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na quinta-feira, o tema será debatido em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Página 7**



Comissões examinam projetos antiviolaência

Duas comissões permanentes do Senado podem votar esta semana propostas que combatem a criminalidade. A de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje projeto de Antônio Carlos Valadares que visa reforçar a prevenção e a punição a crimes de lavagem de dinheiro. Já a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã projeto da senadora Serys Slhessarenko que enquadra o crime organizado. **Página 5**



Pedro Simon, relator, acolheu projeto de Antônio Carlos Valadares; a pena para os crimes de lavagem de dinheiro, que varia atualmente de três a dez anos, pode ser ampliada para até 18 anos



Aloizio Mercadante apresentou parecer favorável propondo modificações na proposta de Serys Slhessarenko. Uma das novidades é a permissão de interrogar acusados por meio de videoconferência

A pedido de Cristovam Buarque, sessão especial presta homenagem ao antropólogo que foi ministro e senador

Senado lembra dez anos da morte de Darcy Ribeiro

O antropólogo Darcy Ribeiro será homenageado amanhã, em sessão especial do Senado Federal. A cerimônia registrará os dez anos do falecimento do “excepcional educador, intelectual e político” que também foi senador, como definiu o autor do requerimento para a realização da sessão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Darcy Ribeiro foi ministro da Educação (1962 a 1963), chefe da Casa Civil (1963 a 1964), vice-governador do Rio de Janeiro (1982 a 1985) e senador (1990 a 1997). No Senado, relatou a proposta que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) –, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

Um dos primeiros a se engajar politicamente na causa do ensino público gratuito e de qualidade,



Darcy Ribeiro foi o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Senado

o antropólogo criou o projeto da Universidade de Brasília (UnB) e as escolas em tempo integral do Rio de Janeiro – os centros integrados de educação pública (Cieps) –, entre outras contribuições que deu à educação brasileira.

A sessão especial está prevista para as 11h, no Plenário.

Em debate, contratação de chineses para a instalação de siderúrgica

A Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza hoje audiência pública destinada a discutir a contratação de trabalhadores chineses para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), em Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Os grupos Vale do Rio Doce e Thyssen-Krupp, este da Alemanha, são os construtores. O sócio alemão anunciou a intenção de contratar centenas de técnicos e engenheiros da China sob o argumento de “se tratar de projeto cuja tecnologia não é de domínio de profissionais brasileiros”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta trancada por MPs

A sessão, de caráter deliberativo, tem início às 14h. A pauta está trancada pela medida provisória que abre crédito extraordinário a diversos ministérios e à Presidência da República no valor de R\$ 690,9 milhões. Ainda em pauta, outras nove medidas provisórias e um projeto de lei em regime de urgência.



Discussão de temas relacionados ao PAC

Tem início hoje, às 18h, o primeiro de um ciclo de debates de iniciativa da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo para discutir temas da conjuntura nacional relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O evento tem a participação de Silas Rondeau,

ministro de Minas e Energia; Ildo Sauer, diretor de Gás e Energia da Petrobras; Jerson Kelman, diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e Luiz Pinguelli Rosa, coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ.

CAE examina mudanças na lei de lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para indicar a nova composição da Subcomissão de Assuntos Municipais e votar requerimentos de criação de subcomissões e de realização de au-

diências públicas. Na segunda parte da reunião, a CAE analisa uma pauta de 11 itens. Entre as proposições está o substitutivo a quatro projetos que modificam a lei de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98).



Alimentação na escola

A Comissão de Educação (CE) tem reunião marcada para as 11h. Na pauta de nove itens está o projeto que tem como objetivo disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do Programa de Alimentação Escolar. Também poderá ser examinado requerimento de audiência pública para debater projeto que determina a inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

Companhia Siderúrgica do Atlântico

Às 10h, a Subcomissão de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debate o processo de contratação de técnicos e engenheiros chineses para implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no

Rio de Janeiro. Entre os convidados estão os presidentes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo, e da Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais, Paulo Musetti.

Dia do Bibliotecário

Às 18h30, ocorre o lançamento da Biblioteca Digital do Senado Federal, em evento de comemoração do Dia do Bibliotecário.

Aquecimento global

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas reúne-se às 14h para apresentação de seu roteiro de trabalho.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Mão Santa e Cícero Lucena



Lobão lembra que população maranhense reivindica empreendimento há 30 anos

Lobão defende usina siderúrgica para o Maranhão

Edison Lobão (PFL-MA) afirmou, em discurso no Plenário, que o povo maranhense luta há 30 anos para que o governo federal construa uma siderúrgica na capital do estado, São Luís. Segundo o senador, a cidade é uma das mais propícias no mundo para a implantação de uma siderúrgica, devido à situação geográfica favorável e à existência de porto e ferrovia modernos e eficientes. Ele disse que, com a construção da unidade em São Luís, o Brasil poderia exportar ferro já manufaturado, com preço quatro a cinco vezes maior, em vez de exportar minério.

– Deixo aqui a voz do Maranhão de protesto contra a indiferença dos governos federais: não apenas um, mas vários viraram as costas a esse interesse fundamental do meu estado e, por consequência, do Brasil.

Lobão lembrou que, no início da década de 1980, a companhia Alcoa (uma das maiores produtoras de alumínio) montou em consórcio uma indústria em São Luís, a Alumar. Graças à instalação da Alumar no Maranhão e da Albrás no Pará, assinalou, foi possível a construção da hidrelétrica de Tucuruí. A Alumar também possibilitou a construção de uma ferrovia “que é a mais moderna do Brasil”. O senador foi apertado por Marco Maciel (PFL-PE), Augusto Botelho (PT-RR), Almeida Lima (PMDB-SE) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Diante da pauta travada por dez medidas provisórias e da promessa da oposição de obstruir as deliberações, presidente do Senado abre entendimento com as lideranças

Renan e líderes buscam solução para retomar votações do Plenário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve se reunir hoje com os líderes partidários para tratar da retomada das votações. Dez medidas provisórias travam a pauta do Plenário.

Na quarta-feira passada, os líderes do PSDB e do PFL, Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), anunciaram que seus partidos pretendiam obstruir as votações no Plenário até que o presidente Lula se posicionasse sobre eventual veto à Emenda 3 ao projeto que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Super-Receita (PLC 20/06). Como na sexta-feira, contrariando o desejo dos opositoristas, Lula vetou a

emenda – que limitava a atuação da fiscalização sobre empresas que contratam profissionais sob a forma de pessoa jurídica –, Renan quer ouvir os líderes dos partidos da base do governo e da oposição para tentar um acordo que viabilize o retorno das votações.

Indicação

Indagado por um jornalista a respeito da indicação do deputado federal Odílio Balbinotti (PMDB-PR) para o Ministério da Agricultura, Renan respondeu que não está acompanhando nem acompanhará as negociações que o seu partido está fazendo com o presidente da República para preencher o cargo.



Renan quer discutir com líderes veto à Emenda 3 ao projeto da Super-Receita



Almeida Lima critica projeto anunciado pela imprensa para cobrança de tributos

Almeida Lima é contra penhora sem autorização judicial

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou em Plenário a intenção do governo, anunciada pela imprensa na semana passada, de agilizar a recuperação de débitos inscritos na dívida ativa da União, de cerca de R\$ 600 bilhões. Ele ressaltou que não é contra a recuperação, mas que condena uma das formas como se pretende fazê-la: de acordo com o noticiário, o Executivo estaria elaborando projeto que permite à Procuradoria da Fazenda penhorar os bens dos devedores, caso estes sejam condenados, sem autorização judicial.

O senador também criticou proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que cria regime especial para pagamento de precatórios. Ele destacou que a proposição prevê a realização de leilões para o pagamento, e que isso resultará em diminuição no valor das dívidas. Para Almeida Lima, a matéria “é uma imoralidade, porque visa dar um calote nas pessoas físicas e jurídicas que têm precatórios que as beneficiam”. A PEC é de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Como alternativa, o representante de Sergipe mencionou projeto de lei de sua autoria (PLS 43/04) que trata dos precatórios. A proposição, de acordo com Almeida Lima, permite que os credores recebam uma certidão que pode ser utilizada para reduzir os tributos a serem pagos por eles, entre outras possibilidades.

Senado celebra o Dia Mundial da Síndrome de Down

Com a presença de artistas, de autoridades e do jogador Romário, do Vasco da Gama, o Senado será, amanhã, palco do lançamento da campanha Aprendendo com as Diferenças, para marcar o Dia Mundial da Síndrome de Down, 21 de março, instituído pela associação Down Syndrome International (DSI). A solenidade será às 14h30, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Logo depois do lançamento da campanha, a CDH e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promovem audiência pública conjunta para a discussão da importância da mídia na inclusão social de pessoas com deficiência. Ambos os eventos foram requeridos pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

Às 15h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores receberão a visita do jogador Romário, de sua esposa, Isabella Bittencourt, e de sua filha,

Ivy Faria, que tem a síndrome – e também de diversos artistas. O encontro será na sala de audiências da Presidência do Senado. De lá, o grupo seguirá para a sala da CDH, onde ocorrerá a audiência.

Exposição

Às 19h, no Salão Nobre do Senado, ocorrerá o coquetel de comemoração pela campanha. Também será inaugurada a exposição Diversidade, da fotógrafa Renata Podolsky. A mostra consiste em 12 painéis de 1,6 x 2 metros, com modelos portadores de deficiência física ou mental.

Participarão ainda dos eventos as atrizes Joana Mocarzel (que recentemente interpretou a personagem Clara na novela Páginas da vida, da Rede Globo), Letícia Santos, Thalita Carauta, Pérola Farias e Ana Lúcia Farias; os atores Marcos Caruso, Rafael Almeida, Guilherme Berenger e Marcos Frota; e o diretor da Rede Globo de Televisão Fernando

Sardinha.

Também comparecerão ao evento o cineasta Evaldo Mocarzel (pai de Joana), a presidente da Sociedade Síndrome de Down, Helena Werneck, e o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, doutor Dennis Burns.

Destaque da novela Páginas da vida, a atriz Joana Mocarzel foi a primeira portadora da síndrome a interpretar uma das protagonistas de uma novela brasileira.

Definida como um acidente genético, a síndrome de Down é causada por um erro na divisão das células na formação fetal. A data foi escolhida pela DSI em alusão aos três cromossomos no par de número 21 (21/3), presentes nos portadores da deficiência. Ela foi mundialmente celebrada pela primeira vez no ano passado, e será comemorada em 2007 em Cingapura, Brasil, Reino Unido, França, Israel, Malásia, Polônia, Omã, Suécia e Nepal.



Paim anuncia requerimento de audiência pública na CAS para debater assunto

Paim: compra da Ipiranga pela Petrobras não pode resultar em demissões

Ao comentar a compra do grupo Ipiranga pela Petrobras, Braskem e Ultra, Paulo Paim (PT-RS) declarou ontem, em discurso no Plenário, que a transação não pode resultar em demissões nem prejudicar o estado que ele representa, o Rio Grande do Sul. Apesar de ressaltar a preocupação dos funcionários da Ipiranga, o senador elogiou a

estatal brasileira.

– Prefiro que a Ipiranga fique nas mãos da Petrobras do que nas de um grupo estrangeiro.

A aquisição foi anunciada oficialmente ontem e envolve o pagamento de cerca de US\$ 4 bilhões por todas as ações do grupo Ipiranga. Paim disse que, segundo informações da Petrobras, o grupo Ultra assumirá a rede de

distribuição de combustíveis da Ipiranga nas regiões Sul e Sudeste; à Petrobras caberá a rede de distribuição nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de 40% dos ativos do grupo no setor de petroquímica; enquanto a Braskem deterá os outros 60% desses mesmos ativos e “reforçará” sua posição no controle da Companhia Petroquímica

do Sul (Copesul). Já o controle da refinaria da empresa gaúcha será dividido entre as três compradoras.

Paulo Paim anunciou ainda que já havia encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais uma solicitação de audiência pública para debater o assunto “e dirimir quaisquer dúvidas quanto a essa negociação”.

Colegiado que analisa as mudanças climáticas no planeta apresenta hoje seu planejamento. Na CRE, Cristovam quer debater conseqüências da exportação do etanol

Comissão sobre aquecimento apresenta roteiro de trabalho

A comissão mista especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas reúne-se hoje, a partir das 14h, para apresentar seu roteiro de trabalho.

O primeiro requerimento aprovado pelo colegiado, de autoria do vice-presidente, Fernando Collor (PTB-AL), sugere ao governo a realização, em 2012, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+20), nos mesmos moldes da conferência Rio-92.

A idéia da criação da comissão surgiu após a divulgação, no dia 2 de janeiro, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), em Paris. O relatório, elaborado por 600 especialistas de 40 países, traz mapas com projeções de mudanças no clima até 2090.

De acordo com os cientistas, há 90% de certeza de que essas mudanças estejam ocorrendo por conta da atividade humana, com o lançamento de gases poluentes à atmosfera, como o monóxido e o dióxido de carbono, o enxofre e o metano. Por causa dessas alterações, o clima continuará a sofrer e será possível observar a intensificação de secas nas regiões dos trópicos, ondas de



calor na Europa, derretimento das calotas polares e furacões. No Brasil, as previsões indicam que a floresta amazônica poderá tornar-se uma savana, vegetação como o cerrado.

O prazo de funcionamento da comissão mista termina no dia 22 de dezembro deste ano. Inicialmente composta por seis

senadores e igual número de deputados, a comissão agora tem 11 parlamentares de cada Casa, depois de mudança no ato que a criou. Na primeira reunião, ocorrida na semana passada, o deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) foi eleito presidente da comissão e o senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator.

Cristovam propõe discussão sobre aumento da produção de álcool

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) pode vir a realizar audiência pública sobre o plano de expansão da produção de álcool combustível de cana-de-açúcar (etanol) que o Brasil pretende implantar.

Cristovam Buarque (PDT-DF) requereu a audiência para discutir as conseqüências de um possível aumento da produção para abastecer principalmente o mercado norte-americano, depois de anunciada lei naquele país que obriga a mistura de 20% de etanol à gasolina.

O senador disse ser favorável ao crescimento da produção de etanol, por entender que o Brasil não deve perder a oportunidade de enriquecer exportando o produto. Mas o país, advertiu, não pode ficar cheio de

dólares só para uma minoria. Cristovam ponderou que outros pontos devem ser levados em consideração. Entre eles, frisou, estão a derrubada de florestas para a monocultura de cana-de-açúcar, a situação trabalhista dos bóias-frias dessa lavoura e a necessidade do direcionamento dos novos recursos que virão para o país em investimentos na saúde e na educação.

– O Brasil pode até se comparar à Arábia Saudita, conforme tem especulado a imprensa. Por outro lado, e a terra? Vai virar um canal? Vamos cuidar dos nossos bóias-frias, dos nossos canavieiros? – questionou.

Cristovam ressaltou que a Arábia Saudita, com seus petrodólares, transformou o



Cristovam: recursos obtidos com exportação devem servir ao desenvolvimento do país

deserto em um país moderno e rico e perguntou se, no caso do Brasil, não ocorreria o contrário.

– Transformaremos nosso país em um deserto ou saberemos transformar os recursos em desenvolvimento? – indagou o parlamentar.

Ele foi apartado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Almeida Lima (PMDB-SE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Ministra Matilde Ribeiro participa de audiência pública sobre racismo

A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, participará de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta quinta-feira, para debater questões relativas ao racismo e à violência ligada ao preconceito racial.

Matilde Ribeiro deverá falar também sobre dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que mostram que o ingresso de pessoas que se declaram negras ou pardas no ensino superior subiu na última década de 18% para 30% nas redes de ensino pública e privada. Essas informações foram divulgadas pela secretaria na internet.

Poderá ser criada no Senado uma comissão temporária para discutir “a herança da escravidão no Brasil”, examinar os principais projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam de questões relacionadas ao preconceito racial e marcar os 120



Ministra deve falar sobre o crescimento do ingresso de negros no ensino superior

anos da Abolição da Escravatura. A proposta, que será submetida ao Plenário, já foi aprovada pela CDH.

Os trabalhos dessa comissão teriam início no próximo dia 13 de maio e se estenderiam até o mesmo dia de 2008, no 120º aniversário do que os autores do requerimento – Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) – chamam de “Abolição não concluída”.

Projeto que criminaliza opinião contra homossexualismo é criticado

Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que criminaliza – na forma de delito de opinião – manifestações contra o homossexualismo.

O projeto (PLC 122/06) tramita no Senado desde dezembro passado. Atualmente encontra-se em exame na Comissão de Direitos Humanos e tem Fátima Cleide (PT-RO) como relatora.

Para Crivella, o homossexualismo “é claramente antinatural”, e tanto os pais quanto os religiosos não podem prescindir do direito de orientar seus filhos e fiéis sobre o que seria “correto no que se refere à escolha sexual”.

– Suspeito que possa ter escapado aos senhores deputados a completa extensão da decisão que tomaram, pois ela acabou confundindo o respeito devido a uma opção individual da pessoa com o uso do poder do Estado, por meio de seu corpo de leis, para impor a todos os cidadãos um comportamento que é claramente antinatural – afirmou.

O senador expressou seu respeito pelos homossexuais, quanto aos direitos humanos e à cidadania, porém insistiu no direito à manifestação de pensamento crítico contra o homossexualismo.

Crivella disse acreditar que, da



Para Crivella, pais e religiosos são livres para dar orientações sobre o assunto

mesma forma que o homossexual deve ser respeitado em seus direitos e em sua opção sexual, “um pai tem o direito de educar seus filhos de acordo com sua consciência, ensinando a eles que o homossexualismo é errado”.

– É uma invasão à intimidade do lar pretender coibir, por lei, esse tipo de orientação – afirma.

Crivella usou uma citação bíblica (livro do Levítico, capítulo 18, versículo 22, que diz: “O homem que deita com homem como se mulher fosse comete abominação aos olhos de Deus”) para defender que o sacerdote no púlpito também deve poder manifestar-se sobre o comportamento sexual, “já que são garantidos pela Constituição brasileira os direitos de culto e à liberdade religiosa”.

Juizado de instrução criminal pode acelerar o julgamento de processos

Tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado duas propostas de emenda à Constituição para instituir no Brasil os juizados de instrução criminal, cuja criação é considerada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, medida essencial para combater a violência no país. Ao lado da vinculação de recursos orçamentários para a segurança pública, Renan insiste na adoção da figura do juiz de instrução, alegando que ela acabará com a lentidão e a dualidade do processo investigatório hoje praticado no Brasil.

Há uma semana, ao participar, no Ministério da Justiça, da criação de um gabinete de gestão integrada para dismantlar o crime organizado em Alagoas, o presidente do Senado voltou a defender os juizados de instrução, alegando que eles tornam mais rápida e simplificada a investigação criminal. De acordo com Renan, do jeito como se processa a investigação hoje no Brasil, chega a valer a pena praticar o delito. “Para os criminosos, hoje, o crime está compensando”, disse.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, aguarda relator a PEC 27/04, que acrescenta ao artigo 98 da Constituição um parágrafo estabelecendo que a lei ordinária instituirá juizados de instrução criminal para as infrações penais nela definidas. Trata-se de iniciativa remanescente dos projetos da reforma do Judiciário.

Competência

Já a proposta que tramita na Câmara (PEC 7/07) foi apresentada pelo deputado Índio da Costa (PFL-RJ) para alterar os artigos



Renan argumenta que medida é essencial na luta contra a criminalidade no Brasil

98 e 144 da Constituição, criando juizados de instrução criminal para investigar as infrações de maior potencial ofensivo, como crimes financeiros, lavagem de dinheiro, latrocínio, assaltos.

O projeto dá poderes investigatórios às polícias militares, responsáveis pelos boletins de ocorrência que geralmente antecedem a apuração dos fatos delituosos pela polícia judiciária; amplia as atribuições das guardas municipais, dando-lhes competência para investigar infrações sujeitas aos juizados especiais criminais, nas cidades com mais de 2 milhões de habitantes; e inclui as guardas municipais entre os órgãos responsáveis pela segurança pública.

Em defesa da instituição no Brasil do juizado de instrução, Renan afirma que, nos países onde o sistema é utilizado, desde o momento em que acontece o fato criminoso, reúnem-se, simultaneamente, a Polícia, o Judiciário e o Ministério Público para identificar e esclarecer o delito, submetendo-o imediatamente a julgamento.

Augusto Botelho destaca atuação do Ministério Público de Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) homenageou ontem, em discurso, o Ministério Público de Roraima, que comemora 15 anos. O parlamentar destacou o papel do MP como fiscal, ouvidor e procurador do povo e da sociedade contra os abusos de poder, e ressaltou tratar-se de instrumento fundamental para a consolidação da democracia, sobretudo em estado novo e em vias de construção.

– Distante dos centros de decisão do país, excluída quase sempre da atenção da imprensa do Centro-Sul e marcada por questões específicas, como a demarcação de terras indígenas

em território de fronteira internacional, a população de Roraima depende talvez até mais agudamente que a de outras unidades federadas da atuação do Ministério Público na defesa da ordem democrática – disse o senador.

Augusto Botelho observou que a defesa do interesse público em Roraima, bem como de toda a Amazônia, merece a atenção de todo o país, já que se encontram em questão aspectos como a preservação ambiental contra empresários clandestinos e a defesa nacional contra o crime organizado e o narcotráfico da zona de fronteira.

Conforme projeto em exame na Comissão de Justiça, pena de reclusão de cinco a dez anos poderá, em alguns casos, ser aumentada até a metade

Proposta impõe dura punição para quem integrar quadrilha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota amanhã projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define o crime organizado e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de provas e o procedimento criminal a ser aplicado a esse delito. O relator, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou no dia 14 parecer pela aprovação, mas introduziu várias alterações na proposta original, o que levou Valter Pereira (PMDB-MS), na presidência da reunião, a conceder vista coletiva da matéria. O objetivo foi permitir aos demais senadores aprofundar a análise do relatório.

Uma das alterações sugeridas pelo relator visa à troca da expressão “crime organizado” por “organização criminosa”, que seria definida como a “associação, de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza”, mediante a prática de um ou mais dos vários crimes definidos na nova legislação.

Pelo projeto de Serys (PLS 150/06), crime organizado é a ação de “promover, constituir, financiar, cooperar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, associação, sob forma lícita ou não, de cinco ou mais pessoas, com estabilidade, estrutura organizacional hierárquica e



Mercadante sugere termo “organização criminosa” em vez de “crime organizado”

divisão de tarefas para obter, direta ou indiretamente, com o emprego de violência, ameaça, fraude, tráfico de influência ou atos de corrupção, vantagem de qualquer natureza”, praticando um ou mais dos delitos previstos na proposta.

Crimes

Entre os crimes relacionados na proposição, estão o tráfico de drogas, armas e partes do corpo; terrorismo; extorsão mediante seqüestro; lavagem de dinheiro; homicídio qualificado; e crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural. A pena prevista para quem participar de organização criminosa para praticar os delitos mencionados é a de reclusão, de cinco a dez anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes cometidos.

A punição pode ser aumentada de um terço até a metade caso a organização criminosa



Iniciativa de Serys permite interrogatório do acusado no estabelecimento penal

seja constituída por mais de 20 pessoas, se houver o emprego de arma de fogo ou a participação de funcionário público, criança ou adolescente na quadrilha. Para os comandantes da organização criminosa, a pena é aumentada até a metade.

O projeto permite que o interrogatório do acusado seja realizado por videoconferência ou diretamente no presídio, em sala própria, desde que garantida a segurança do juiz e demais participantes.

Outra proposição que amplia o combate ao crime organizado foi aprovada semana passada pela CCJ. Trata-se da proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07) de iniciativa de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, com vigência até o ano 2020 e montante de recursos anuais de R\$ 2,5 bilhões.

CAE analisa novas medidas contra lavagem de dinheiro

Reforçar mecanismos de prevenção e tornar mais eficaz a punição dos crimes de lavagem de dinheiro é o objetivo de quatro projetos, em tramitação conjunta, que serão analisados hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Conforme substitutivo apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB), a pena para tais delitos, que atualmente varia de três a dez anos, poderá ser ampliada para até 18 anos de reclusão.

Apenas um dos projetos (PLS 209/03), de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi acolhido no substitutivo de Simon, que incluiu no texto a previsão de pena para agentes públicos

e do mercado que se omitam em comunicar às autoridades, em até 24 horas, operações com indícios de irregularidade. Nesse caso, a pena será de dois a seis anos, além de multa.

A proposta de Valadares estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, com parecer favorável do relator, Demostenes Torres (PFL-GO). Porém, foi aprovado em Plenário – onde era examinado o PLS 225/06, da CPI dos Correios – pedido do próprio Valadares para que essa proposta passasse a tramitar em conjunto com seu projeto, mais os PLSs 48/05, do então senador Antero Paes de Barros (PSDB-

MT), e 193/06, de Romero Jucá (PMDB-RR), todos versando sobre aspectos do crime de lavagem de dinheiro. Depois de receberem parecer na CAE, as propostas serão analisadas, ainda em conjunto, pela CCJ. Em seguida, irão para decisão final em Plenário.

De acordo com a legislação vigente, constitui crime de lavagem de dinheiro ocultar ou dissimular a natureza, origem, propriedade, localização e movimentação de bens, direitos e valores provenientes de amplo conjunto de atividades ilegais – como o tráfico de drogas, terrorismo, contrabando ou tráfico de armas e munições, extorsão por meio de seqüestro, entre outras.



Equipamentos para monitoramento de aeronaves são obsoletos, diz Heráclito

Para Heráclito, aeroportos brasileiros estão sendo mal administrados

Em discurso no Plenário, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) culpou o governo federal pelos problemas de atraso de vôos verificados nos últimos dias em aeroportos brasileiros. Tachando de obsoletos os equipamentos de monitoramento de aeronaves utilizados pelo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo

(Sindacta), Heráclito considerou conflitantes as intenções de crescimento expressas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com as atuais condições de infra-estrutura aeroportuária oferecidas pelo país.

– O governo precisava ter autoridade para decretar emergência e adquirir, de maneira urgente, os equipamentos necessários

para a atualização desse sistema de tráfego aéreo – disse.

Cobrança

Heráclito Fortes criticou ainda o governador do Piauí, Wellington Dias, “por ter usado sua influência junto ao governo federal para retirar da Prefeitura de Teresina para as obras do metrô recursos da ordem de R\$ 9 milhões”.

O senador cobrou clareza da empresa responsável pela construção do metrô, que, conforme afirmou, deve prestar satisfações do que foi feito do dinheiro repassado para a continuação das obras.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Heráclito.

Mão Santa defende provas de concursos em todas as capitais

Mão Santa (PMDB-PI) defendeu ontem a aprovação de projeto de sua autoria que obriga a realização de provas de concursos públicos de nível federal em todas as capitais dos estados onde houver 50 ou mais candidatos inscritos. De acordo com o parlamentar, as provas hoje só têm lugar em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Belém, prejudicando cidadãos de outros estados.

– Não há justificativa para essa discriminação – observou.

O projeto (PLS 509/03) prevê que a União regulamentará a inscrição por procuração e a regionalização das provas, quando não for atingido o número mínimo de 50 inscritos.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse considerar que a estadualização das provas dos concursos públicos de instância federal permitirá uma “democratização” dos exames.

Em resposta à observação feita por Mão Santa a respeito do uso do celular em Plenário, Suplicy disse usar o aparelho somente para atender ligações urgentes.

Mão Santa afirmou que irá propor a mudança das regras de funcionamento do Plenário, de modo a restringir o uso desse tipo de aparelho pelos parlamentares durante as sessões.

– Em todo show ou igreja o celular tem de ser desligado. Por que não aqui? – questionou.

Subcomissão inicia na quinta ações contra o trabalho escravo

Colegiado irá fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar, durante um ano, as políticas do governo relativas à erradicação do problema e também propor soluções para combatê-lo

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que será instalada na quinta-feira, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), será presidida pelo senador José Nery (PSOL-PA), segundo informou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

A subcomissão tem por objetivos fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar, durante um ano, as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo

e também propor soluções para combater esse problema. Cinco senadores titulares e igual número de suplentes comporão o novo colegiado. O requerimento que propôs a subcomissão temporária é de autoria de Paim.

A luta de José Nery contra o trabalho escravo é registrada ao longo de sua carreira parlamentar e foi declarada em seu discurso de estréia no Plenário do Senado após assumir a vaga da atual governadora do Pará, ex-senadora

Ana Júlia Carepa.

“Nosso mandato estará ao lado do povo e de suas demandas por uma vida melhor. Teremos a possibilidade de assumir um papel decisivo no combate ao trabalho escravo”, disse da tribuna, ao falar de seus projetos como senador.

José Nery, que é fundador da Central Única dos Trabalhadores, registra em seu currículo experiência em trabalho de apoio à organização de sindicatos de trabalhadores rurais.

José Nery lembra dois anos do assassinato de Dorothy Stang

José Nery (PSOL-PA) lembrou ontem os dois anos do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, militante da causa da reforma agrária e defensora dos direitos dos trabalhadores rurais de Anapu (PA). Conforme o senador, dos 172 assassinatos envolvendo conflitos agrários no estado desde 1971, só em três houve julgamento dos executores e mandantes do crime. No caso Dorothy Stang, o parlamentar informou que os criminosos já

foram identificados, mas não punidos.

– O sonho e a vida da irmã Dorothy servem de alento à nossa luta. Apelo ao Judiciário do Pará para apressar o julgamento e a punição exemplar dos que cometeram o crime contra a missionária – disse.

De acordo com o senador, mais de 30 lideranças religiosas e sindicais da região de Anapu estariam, hoje, sob ameaça de morte. O fato o levou a apelar



José Nery faz apelo para que Judiciário do Pará apresse o julgamento dos criminosos

para autoridades do Pará, a fim de permanecerem vigilantes e preservando a vida de quem se dedica aos mais pobres e à defesa dos direitos humanos.



Para Simon, o religioso é imortal “pela obra que deixa e pela falta que faz”

Simon presta homenagem a dom Ivo Lorscheiter

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a morte do arcebispo dom Ivo Lorscheiter, ocorrida no último dia 5, e prestou-lhe homenagem, assinalando que o religioso é “um daqueles seres humanos imortais pela obra que deixam e pela falta que fazem”.

– Eu fico me perguntando por que Deus retira do front os seus melhores soldados, tão precocemente – indagou, acrescentando que “guerreiros da fé e da esperança”, como dom Ivo, “em um mundo de tanta barbárie, terão sempre morte prematura”.

O senador lembrou a atuação de dom Ivo durante o regime militar, quando defendeu os perseguidos políticos. Destacou também a carreira do clérigo na Igreja Católica, na qual ocupou os cargos de secretário-geral e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

– Não se curvou jamais diante dos donos do poder. Denunciou masmorras e localizou desaparecidos políticos – enfatizou.

Collor

Simon anunciou que fará amanhã um discurso em Plenário com sua análise pessoal sobre o pronunciamento feito pelo ex-presidente e atualmente senador Fernando Collor (PTB-AL). Ele disse que, como integrante do Senado Federal à época do processo de impeachment, tem a obrigação de falar.



Mão Santa: prova deve ser realizada na capital do estado com 50 inscritos ou mais

Biblioteca Digital torna informações mais acessíveis

A Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) será apresentada hoje ao público durante evento pela passagem do Dia do Bibliotecário, comemorado em 12 de março. O projeto visa colocar na internet, em um prazo de cinco anos, todo o conteúdo da biblioteca da Casa, inclusive por meio de áudio e de conversor de texto para a Linguagem Brasileira

de Sinais (Libras).

Na cerimônia, que será realizada na Biblioteca senador Luiz Viana Filho, o Senado vai assinar protocolos de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) com o objetivo de incentivar a disseminação de conteúdos jurídicos, legislativos e aca-

dêmicos na internet, a fim de ampliar a democratização da informação.

Ainda na mesma solenidade, será lançada a série “Edições da Biblioteca do Senado Federal”, com normas e padrões para a manutenção da qualidade das informações das bases de dados, bem como a conservação da integridade e da confiança dos dados.

Senado prossegue debates sobre o PAC, enquanto Lucena e Papaléo cobram mais recursos para seus estados; Ideli elogia medidas do plano para educação

Lucena afirma que programa não prevê investimentos na Paraíba

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) disse ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, discrimina a Paraíba e não aproveita a oportunidade de atacar o problema das diferenças regionais. Lucena assinalou que existe uma grande diferença entre o que o governo federal repassa à Paraíba e o que o estado paga ao governo federal.

– Entre os anos de 2003 e 2006 [primeiro mandato de Lula], a Paraíba pagou R\$ 1,387 bilhão de dívida, o que equivale a 16,05% da receita líquida do estado, além de ver reduzidas as transferências não-voluntárias. O governo federal repassou à Paraíba R\$ 211 milhões no mesmo período [quatro anos]. Estão pedindo uma transfusão de sangue a alguém que está na UTI – afirmou o representante da Paraíba.

O senador lembrou que o PAC não prevê a construção de nenhuma termoelétrica na Paraíba, apesar de haver projetos prontos; também não inclui obras de ampliação do porto; prevê a duplicação de apenas 40 quilômetros da



Lucena aponta diferença entre o que a Paraíba repassa à União e o que recebe

BR-230, que tem 530 quilômetros de extensão; e a reforma do aeroporto de João Pessoa, que o próprio presidente Lula chamou de “rodoviária”.

Salário mínimo

Lucena ainda alertou para a mudança na regra de atualização do valor do salário mínimo. Ele fez um cálculo e descobriu que caso a regra estivesse valendo desde o primeiro ano do governo Lula, o salário mínimo hoje seria menor, de R\$ 304, e não de R\$ 350. “O trabalhador e todos nós achamos que o salário mínimo atingiu um valor que satisfaz as necessidades mínimas?”, questionou.

Papaléo diz que Amapá só foi contemplado com dois projetos

O volume de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento destinado a obras de infra-estrutura no Amapá recebeu críticas de Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador afirmou que o estado não é auto-sustentável, dependendo, portanto, de verbas federais para desenvolver sua infra-estrutura social e urbana.

Segundo informou Papaléo, os investimentos do PAC em logística de transporte no Amapá contemplaram apenas dois projetos: a pavimentação da BR-156 e a ampliação do aeroporto de Macapá. Na área de energia, disse que só é previsto um projeto, ainda em fase de estudo, não existindo nenhum investimento em infra-estrutura social e urbana.

– O Amapá foi esquecido no PAC. Exorto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, senadores e deputados a lembrarem do meu estado no momento de



Papaléo observa que estado depende de verbas federais para se desenvolver

redefinir os projetos do PAC – declarou.

Papaléo cobrou ainda compensações financeiras do governo federal pelo fato de 57% do território do estado ser constituído de reservas indígenas e áreas de proteção ambiental. Em aparte, o senador Mário Couto (PSDB-PA) se colocou como aliado na luta por mais recursos do PAC para a região Norte.

Autoridades discutem PAC com senadores hoje e quinta-feira

Começa hoje um ciclo de debates sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promovido pela liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Serão discutidos quatro temas ligados à infra-estrutura. As reuniões contarão com a presença de autoridades de cada setor, além dos parlamentares da base governista. No primeiro encontro, que debaterá a questão energética, é esperada a presença do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

A questão energética é um dos setores fundamentais para impulsionar o crescimento econômico do país e foi objeto de um conjunto de medidas constantes do PAC, que pretende estimular investimentos em infra-estrutura. A primeira reunião está marcada para as 18h de hoje, no plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

Os outros temas que deverão ser abordados no ciclo de palestras são o gás natural, com a presença do diretor de gás e energia da Petrobras, Ildo Sauer; as questões regulatórias, com a participação do diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman; e os riscos no abastecimento, assunto a ser debatido pelo coordenador do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),



Paulo Godoy (E) e Armando Monteiro participaram de debate presidido por Marconi (D)

Luiz Pinguelli Rosa.

Debate

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) dará continuidade nesta quinta-feira aos debates sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. A reunião começará às 11h e deverá contar com a presença do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e dos presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal de Souza.

A CI já fez dois debates sobre o programa governamental lançado em 22 de janeiro para incentivar o crescimento econômico. No último dia 13, foi realizada reunião em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da

qual participaram a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

Na quinta-feira anterior (dia 8), o colegiado havia debatido o Programa de Aceleração do Crescimento com empresários, que consideraram o programa insuficiente para assegurar o crescimento econômico em ritmo mais acelerado e de forma sustentada. Participaram dessa audiência os presidentes da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando de Queiroz Monteiro Neto.

Ideli destaca medidas do plano para educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou, em discurso pronunciado ontem, o que considera os principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação, apresentado na última quinta-feira: o foco no ensino básico e o estabelecimento de um piso salarial de R\$ 800 – por oito horas diárias de trabalho – para os professores.

Outras medidas elogiadas por Ideli, ainda em estudo pelo Ministério da Educação, foram a instituição da Prova Brasil, para avaliar a qualidade do ensino básico, e a previsão de investimentos em transporte escolar rural.

Ideli salientou que estados e municípios enfrentam dificuldades para investir na educação básica, que será o eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, e, por isso, necessitam de



Foco no ensino básico e piso salarial de R\$ 800 recebem aplauso de Ideli

complementação por parte do governo federal. Ela frisou que essa intervenção do governo federal é positiva e se dá unicamente no sentido de buscar a melhoria do ensino.

Referindo-se ao estabelecimento de um piso salarial para os professores, Ideli disse que a medida poderá melhorar sig-

nificativamente a qualidade no ensino básico no país, uma vez que mesmo estados ricos como Santa Catarina não têm ainda piso salarial nesse valor.

Em aparte, Epitácio Cafeteira (PTB-MA) alertou ainda para a necessidade de instituir mecanismos adequados de fiscalização dos recursos destinados à educação para evitar desvios. Tião Viana (PT-AC) afirmou que, caso o Brasil consiga instituir o horário integral nas escolas básicas, isso poderá reduzir em até 80% o índice de criminalidade. Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou a realização de audiência pública com o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o plano. Cícero Lucena (PSDB-PB) conclamou toda a sociedade a ajudar na implementação do programa educacional anunciado pelo governo.

Senador explica que aguarda regulamentação da lei sancionada em 1996 que obriga inclusão de dispositivo de segurança para evitar o reaproveitamento de seringas e agulhas

Zambiasi cobra adoção de medida que impede reutilização de seringa

Em discurso no Plenário, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) alertou ontem para a necessidade de regulamentação, pelo Executivo, da Lei 9.273/96, que tornou obrigatória a inclusão de dispositivo de segurança para evitar a reutilização de seringas descartáveis. Conforme Zambiasi, “é inexplicável a falta de regulamentação dessa lei”, pois o compartilhamento de seringas aumenta a disseminação de doenças como hepatite e Aids.

O senador explicou que o descarte das atuais seringas depende unicamente do usuário, que pode decidir, erroneamente, reutilizá-las. Segundo o parlamentar, a regulamentação da lei deveria ser considerada prioritária pelo governo federal. Sancionada em maio de 1996, a norma entrou em vigor três meses depois, com prazo de 180 dias para sua regulamentação.

– Muitas vidas são ceifadas devido à falta de regulamentação dessa lei – lamentou.

Zambiasi citou relatório da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, que aponta a existência de cerca de 1 milhão de usuários de drogas injetáveis no Brasil, alvos poten-



Avanço dos casos de Aids entre usuários de drogas injetáveis preocupa Zambiasi

ciais das doenças transmitidas por seringas e agulhas reutilizadas. Ainda de acordo com o documento, afirmou o senador, 25% da epidemia de Aids está direta ou indiretamente relacionada ao uso de drogas injetáveis, sendo que 38,2% das mulheres portadoras contraíram o vírus compartilhando seringas ou por meio de parceiro sexual usuário de drogas injetáveis.

– Em 36% dos casos de Aids pediátrica, os progenitores são apontados como usuários de drogas injetáveis – salientou, ao reforçar que a regulamentação da lei é urgente.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento de

Zambiasi e sugeriu a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para a discussão do tema. Na presidência dos trabalhos, Papaléo Paes (PSDB-AP), que é presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, informou que vai solicitar a realização do debate.

Camisinha

Sérgio Zambiasi também elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter defendido o uso de preservativos como instrumento de prevenção de doenças. Ele citou declaração de Lula, que apontou “hipocrisia e preconceito” na forma como determinados segmentos sociais encaram o sexo. Para o senador, problemas sociais como gravidez precoce e disseminação do HIV entre adolescentes de 13 a 18 anos são frutos dessa visão preconceituosa.

Zambiasi disse não ser suficiente o poder público disponibilizar preservativos nos postos de saúde. São indispensáveis campanhas educativas permanentes de conscientização, tanto nas escolas quanto nos meios de comunicação, frisou o parlamentar.



Tião Viana destaca o currículo exemplar do escolhido, sanitarista de formação

projeto de sua autoria que trata da regulamentação está sendo reapresentado ao Congresso.

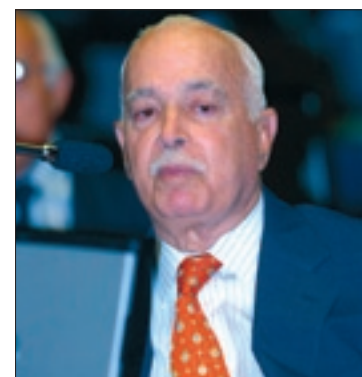
Em apartes, Pedro Simon (PMDB-RS) e Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiaram o presidente Lula pela escolha do ministro da Saúde. Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que retornou de um período de internação no Instituto do Coração (SP), o mais significativo elogio a Temporão se refere à não aceitação pelo novo ministro de ingerência política em sua pasta.

Especialistas analisam impactos da venda de pão francês por quilo

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza audiência pública amanhã, a partir das 9h, para discutir se o governo acertou ou não ao obrigar as padarias e os supermercados a venderem o pão francês por quilo – medida que está em vigor desde outubro do ano passado. Antes, o pãozinho de sal – comum na mesa do brasileiro – era comercializado por unidade.

A audiência pública foi solicitada pelo senador Sibá Machado (PT-AC) e terá por meta principal aprofundar os debates em torno do projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em tramitação na CMA, que autoriza a venda do pão francês tanto por peso quanto por unidade de 50 gramas, de acordo com a escolha do consumidor. Para o senador, vender o pãozinho de sal apenas por quilo prejudica as classes mais pobres.

Foram convidados para a reu-



Antonio Carlos propõe que consumidor escolha pagar por quilo ou por unidade

não os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Hertz. Também devem participar o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip), Antônio Carlos Henriques, e o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marcos Vinícius Pó.

Comissões debatem incentivo à licença-maternidade de seis meses

Amanhã, a partir das 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência pública conjunta com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) para instruir o projeto de lei que cria o programa Empresa-Cidadã. A proposta quer premiar as empresas que adotarem, voluntariamente, a prorrogação da licença-maternidade de quatro para seis meses.

Pelo projeto (PLS 281/05), de autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), as empresas que participarem do programa Empresa-Cidadã, estendendo a licença-maternidade por 60 dias além dos 120 dias já previstos na Constituição, terão direito à dedução integral, no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, do valor correspondente à remuneração da empregada durante o período.

Na justificativa de sua proposta, Patrícia Saboya argumenta que o aleitamento materno exclusivo durante os seis primeiros meses de vida do bebê já se tornou recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo observou a senadora pelo Ceará,



Empresa que adotar prorrogação do benefício será premiada, sugere Patrícia

a ampliação do período tem por objetivo permitir a plenitude do vínculo afetivo entre mãe e filho, bem como garantir a adequada nutrição e o pleno desenvolvimento do sistema imunológico do bebê.

Estão convidados para essa audiência pública os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; da Nestlé, Ivan Zurita; e da Fersol, Michael Haradon. Devem participar do debate, ainda, o consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) José Pastore e o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Eugênio Ferreira da Cunha Garcia.

Viana deseja êxito a José Gomes Temporão, novo ministro da Saúde

Tião Viana (PT-AC) desejou “pleno êxito” ao novo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que tomou posse ontem. O senador considerou positiva a indicação de Temporão por tratar-se, em sua opinião, de profissional de currículo exemplar.

– Nenhum governo fará a revolução sanitária de que o Brasil precisa se vincular a indicação de nomes a cotas partidárias ou outros interesses que não os exclusivos da saúde pública – disse.

Temporão, salientou o parlamentar, é um sanitarista de formação. Dirigiu o Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, e fez daquela unidade um centro de referência no Brasil.

Tião Viana afirmou que “os desafios da saúde são tão grandes quanto os da educação e da segurança pública”. Ele informou que

o Ministério da Saúde gerencia, atualmente, 63 mil unidades de saúde e 400 mil leitos, em milhares de unidades hospitalares em todo o país; acompanha em torno de 132 milhões de atendimentos de alta complexidade; e é responsável pelo atendimento de 86 milhões de pessoas no Serviço Médico de Atendimento de Urgência (Samu). Também assinalou a importância da administração de programas como o Saúde da Família e o Saúde Bucal.

Para o senador, Temporão deveria se dedicar, o quanto antes, à regulamentação da chamada Emenda 29, que, segundo observou, deu um novo impulso à saúde pública no Brasil ao estabelecer a responsabilidade do financiamento para a União, os estados e os municípios. Salientou ainda que